

ATA Nº 008/2024 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREVE

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Governador Celso Ramos, número duzentos, bairro Centro, Município de Barra Velha/SC, em cumprimento ao Art. 17 do Regimento Interno do Conselho Fiscal do Instituto – IPREVE reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Fiscal deste Instituto nomeados pela Portaria nº 2275 de 11 de outubro de 2023. **Presente os Senhores Conselheiros: Janete Maria Bernardo (Presidente), Jonas Nestor da Silva (Secretário), Ednéia Tomaz (Vice-Presidente), Taísa Soares - Membro**, e representando o IPREVE a Sra. Juliane Magalhães (Diretora Financeira do IPREVE) Presidente Interina durante o período de férias do Sr. Edivaldo Navarro Cachoeira, e a Sra. Marilene Gonzaga (Contadora do IPREVE), e a Sra. Maíke Cristiane Schulze da Cunha (Membro Suplente) ouvinte. A Presidente do Conselho Sra. Janete iniciou a sessão cumprimentando os presentes, dando início a reunião com a leitura da pauta do dia: **1)** Apresentação da Ordem do dia; **2)** Leitura e deliberação da Ata nº 07/2024; **3)** Análise da Ata do Conselho Deliberativo (última aprovada); **4)** Análise da Ata Comitê de Investimentos (última aprovada); **5)** Análise dos demonstrativos financeiros da competência mês anterior; **6)** Proposta da LDO 2025; **07)** Taxa Administrativa: Custos fixos, capacitação de acordo com Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal; **8)** Preparatório Certificação Profissional; **09)** Assuntos Diversos. O Secretário Sr. Jonas Parabenizou a Presidente Sra. Janete e a Vice-Presidente Sra. Ednéia pela aprovação na prova de certificação, a Sra. Ednéia comentou da dificuldade da prova e que poucos assuntos dos cursos preparatórios foram abordados. A Presidente conseqüente iniciou a Sessão apresentando aos presentes a Ata nº 07/2024 na tratativa do **item 1**, que após lida foi disponibilizada para assinatura digital e/ou eletrônica no portal <https://barravelha.atende.net/autoatendimento> aos conselheiros cumprindo assim também o **item 2** da pauta. Em atendimento ao **Item 3**, o Sra. Juliane apresentou aos Conselheiros a última Ata aprovada do Conselho Deliberativo, com os seguintes apontamentos: a) A Prefeitura fez uma reunião com todos os servidores responsáveis por folha de pagamento dos secretários e foi solicitado que todas as secretarias que não têm relógio ponto façam a implementação, no IPREVE o relógio ponto foi comprado e está em funcionamento aguardando a implantação da parte de folha da IPM (sistema) agora; b) Das Aquisições de provas, foi publicado o edital por três vezes e ninguém participou, dessa forma será adquirida através de compra direta; c) Das Solicitações de diárias no processo Digital, deve ser solicitada a assinatura do Edivaldo antes de ser enviado para a contabilidade; d) O Diretor-Presidente Sr. Edivaldo explicou que, apesar dos rendimentos estarem abaixo da meta o IPREVE atingirá a meta anual, para isso os investimentos serão readequados para



atingir o objetivo, ainda relatou que terá na próxima semana uma reunião com a SMI (consultoria) para instruir o IPREVE na postura relativa aos investimentos até o fim do ano. e) Edivaldo relatou que sobre o assunto de alteração de escolaridade em alguns cargos é problemático, pois acaba entrando em situações parecidas com as existentes e que impossibilitam a aposentadoria. f) Sr. Edivaldo relatou que o Município contratou o estudo de segregação de massa, a empresa contratada já começou a enviar e-mails solicitando dados ao IPREVE. Encerrada as considerações da Ata do Conselho Deliberativo aberta a Palavra franca. A Presidente Sra. Janete questiona se o Diretor-Presidente Sr. Edivaldo (membro nato) é quem lê a Ata e coordena a Sessão do Conselho Deliberativo? A Sra. Juliane comentou que a leitura em si é feita por qualquer membro, mas, quem toca a reunião normalmente é o pessoal do IPREVE, mas a Presidente do Conselho é a Sra. Eliane, fica parecendo que é ele que está dirigindo, neste caso vamos verificar se é adequado; A Sra. Janete solicita com os demais membros apresentação principalmente dos critérios de aposentadoria pós-reforma da previdência aos servidores estatutários? A Sra. Juliane teceu comentários que provavelmente a empresa LUMENS tem o Setor educacional e irá verificar da possibilidade explicarem as regras de aposentadoria. Em atendimento ao **Item 4**, a Sra. Juliane apresentou a Ata 08 do comitê de investimentos, da leitura do relatório de investimentos referente ao mês de julho, no qual aponta que este instituto possuía no dia 30 de julho o patrimônio no montante de R\$ 89.051.841,52. Segmentados da seguinte forma, 58,56% em títulos públicos, 36,59% em fundos de renda fixa, 2,92% em fundos de renda variável, 1,69% em fundos multimercado e 0,24% em conta corrente. A rentabilidade da carteira em julho foi de 1,05, equivalente a R\$ 914.481,32. A meta atuarial, o INPC, mais 5,02% ao ano, ficou em 0,67% ao mês e de 5,93% ao ano na carteira do IPREVE. As aplicações do mês de julho somam o valor de R\$ 2.118.592,35, aplicadas da seguinte forma, em 9 de julho de 2024, o valor de R\$ 11.962,26 no Fundo Banco do Brasil Previdenciário Perfil Renda Fixa. Em 16 de julho, o valor de R\$ 1.856.630,09, aplicados no Fundo Caixa Brasil Referenciado, através da conta nº 20-6. E na mesma data o valor de R\$ 250.000,00 aplicado no Fundo Caixa Brasil Referenciado, através da conta nº 50-8. A conta corrente da Caixa Econômica Federal nº 20-6 é de fins previdenciário, e a conta Corrente nº 50-8 de fins a taxa administrativa. Das Aplicações a Sra. Juliane comenta que a empresa SMI passa uma estimativa de mercado e eles têm recomendado a todo momento os títulos públicos, então já tem metade do patrimônio do instituto congelado com datas de vencimento específicas com vencimentos para os anos de 2030, 2035, 2040, e 2045, logo esse valor tem esse tempo de congelamento. Semestralmente ao vencimento do título recebemos cupons semestrais, mas o valor principal está lá congelado. Por exemplo, a nossa meta é 5,2% e o título público está em 6%, então compra título, porque vai garantir o batimento de

meta não só nesse ano, mas sim até o vencimento. **Item 05)** Na Análise dos demonstrativos financeiros. A Sra. Juliane nesse demonstrativo teceu comentários que é um resumo para melhor explanação dos valores. A Sra. Janete questionou o documento a ser analisado, qual seria o mais adequado o balancete? normalmente o regimento fala em balancete, mas não define qual, ele fala numa parte mais técnica do instituto, então é um resumo financeiro? somente a parte financeira do balancete? A Sra. Juliane esclarece que este resumo foi por ela elaborado quando começou as reuniões a intenção era apresentar algo simples de se entender e acessível aos conselheiros, que o grau de entendimento contábil e econômico são de poucos conselheiros. O Sr. Jonas perguntou a Sra. Juliane se os investimentos estão cumprindo a política de investimentos aprovada? E no mês os investimentos cumpriu a meta de rentabilidade? A Sra. Juliane comentou que no mês de julho o IPREVE cumpriu a Política de Investimento e que a carteira cumpriu a rentabilidade para o mês de 1,5%, a meta foi 0,65%, para o ano a carteira está prevista em 5,48% e a meta é 5,93%, então para o ano ainda não chegou na meta, mas a tendência também é chegar, acrescentou que no mês não teve nenhum fundo que deu negativo. A Sra. Janete comenta que o Conselho Fiscal talvez alterará o regimento interno para adequar algumas análises, porque não adianta está no regimento se não precisa como exemplo o de “conciliar contas”. A Sra. Marilene descreve o ciclo de trabalho de funcionamento financeiro do IPREVE, informa que as conciliações bancárias quem elabora é a Sra. Juliane, e que está tudo correto e organizado, o que auxilia no fechamento mensal financeiro e contábil, mas há ausência de funcionário e aponta a questão de segregação de responsabilidade. O Sr. Jonas pede esclarecimento de como o rendimento de aplicação é lançado no sistema financeiro e contábil? A Sra. Juliane esclarece que o lançamento do rendimento agora é pelo resgate, vem o informativo do rendimento mensal no extrato mensal, o lançamento é contábil em conta patrimonial. O Sr. Jonas complementa a pergunta de quando efetivamente faz o resgate, qual é o cálculo utilizado para baixa patrimonial e lançamento financeiro do rendimento? A Sra. Juliane esclarece que tem uma prévia encaminhada pela empresa SMI, uma planilha, a ideia é sempre lançar de acordo com o que foi investido obedecendo os vínculos da fonte de recursos, é tudo pelo sistema, mas a SMI nos fornece esse relatório todo mês e vamos acompanhamento. A Sra. Marilene explica que a fonte de recursos é mais DNA tem que estar rastreado e aparece somados no balancete, a lei determina que cada investimento desses tem uma conta contábil e todo mês é conciliado, mensalmente encaminhamos os balancetes para os Poderes Legislativo e Executivo. Encaminhamos também ao Tribunal de Contas mediante o sistema E-sfinge. Esclareceu aos Membros sobre o funcionamento financeiro e contábil dos lançamentos das contas financeiras, orçamentárias e patrimoniais. **Os itens 6 e 7** foram apresentados em conjunto pela Sra. Marilene que, explica a proposta

para o exercício de 2025 elaborada de forma mais precisa, para evitar o ocorrido no ano corrente que precisou suplementar para empenhar as despesas até final do ano, suplementado R\$ 150.000,00, na verdade R\$ 170.000,00 com base nos R\$ 208.000,00 de superávit financeiro do exercício anterior. Só que eu não posso suplementar mais nada na taxa de administração, porque o nosso limite é R\$ 1.295.000,00, de taxa administrativa que tem parâmetros nas contribuições do ano anterior, nas contribuições tanto de servidor quanto patronal, bases da Prefeitura, Câmara, dos Fundos e do IPREVE. A base do ano de 2023 contando só com 3% da taxa de administração, base de 43 milhões gerou o valor de 1.295.000,00, para utilizar em todas as despesas inclusive Jeton. O Sr. Jonas questionou por que não 3,6%? A Sra. Marilene continuou, porque nós estamos sem a certificação do Pró-gestão, estamos agora lutando para retornarmos ao Pró-gestão, daí todas as despesas com capacitação, cursos, congressos e seminários está contabilizado no 3%, então está apertado o orçamento para encerramento deste ano. A Sra. Juliane Complementa o Pró-gestão tem várias linhas, vários segmentos que você tem que cumprir, como a certificação dos conselhos, por isso que é importante agora todos os conselheiros certificados, porque isso é um dos requisitos, quanto mais vai aumentando o nível, mais exigência, estávamos no nível 1 do Pró-gestão baseado em pré-requisitos, sistema previdenciário, é um conjunto. A Sra. Janete questiona, quantos pré-requisitos tem para não perder? A Sra. Juliane continua, primeiro o Pró-gestão, não sei quantos, do jurídico, do financeiro, da diretoria, do ambiente, por exemplo, ter etiqueta 5S, tem itens obrigatórios e alternativo, não tenho aqui, mas no manual de Pró-gestão tem a lista. A Sra. Janete pergunta qual o porte do IPREVE? Sra. Juliane continua, estamos como médio Porte. A Sra. Marilene retorna à apresentação em Data Show da Proposta do Orçamento para o exercício de 2025, apresentando as despesas mensais do Instituto para o orçamento novo. No **Item 08** Preparatório para Certificação Profissional, A Sra. Janete questiona o valor disponível para o ano atual? A Sra. Marilene destaca a disponibilidade de R\$ 50.000,00 para capacitação até final do ano, entretanto, dos valores apresentados surgiu uma notícia do bloqueio orçamentário para Processo Licitatório Multientidade do sistema administrativo e contábil no valor de R\$ 43.000,00. A Sra. Juliane comenta que alguns congressos é muito custo e pouco retorno, o conselho fiscal tem conhecimento que a taxa de administração está restrita, para autorizar agora um curso, um congresso. Dos Assuntos Diversos **item 09** A Sra. Juliane destaca que o Município já comprou a segregação de massa, que já está em fase de solicitação de dados ao IPREVE. A Sra. Janete sugere que o valor para cursos e congressos seja proporcional aos conselheiros titulares e suplentes e membros da diretoria do IPREVE, há informação de atualização de certificação que os suplentes deverão estarem certificados até o final do ano. Das Deliberações do Conselho Fiscal: I - Diante dos dados apresentado, por

unanimidade o Conselho Fiscal orienta ao Diretor-Presidente do IPREVE a suspensão das capacitações, cursos, congressos e seminários, que não seja o específico para certificação dos membros não habilitados, ou de necessidade ao corpo técnico administrativo do IPREVE; **II** - Por unanimidade o Conselho Fiscal opina favorável aos valores apresentados de acordo com a Proposta de diretrizes ao Orçamento para o exercício de 2025; **III** - O Conselho Fiscal solicita ao Conselho Deliberativo relatório de despesas aprovadas em Atas, despesas efetivadas ou não pelo IPREVE, junte também os cronogramas de atividade, de cursos e capacitações; **IV** - outra consideração, que o secretário de cada conselho redige ato, ou ofício por protocolo digital, ou e-comunica, solicitando compra e discriminando os conselheiros contemplados, as diárias necessárias, as passagens ou meio de locomoção, e o discricionário do evento em prazo hábil e demais dados necessários a realização do investimento (capacitação e treinamento); **V** - Concluindo solicitamos o plano de trabalho do Conselho Deliberativo para o exercício de 2025 que embasou a proposta orçamentária do Instituto, para acompanhamento por este Conselho das peças legais de compra efetuadas pelo IPREVE. Aberta as Considerações finais, a Sra. Marilene coloca à disposição a contabilidade do IPREVE, que a contabilidade está sempre aberta para o conselho fiscal tirar dúvidas, a disposição para redação de relatórios necessários. Nada mais havendo a se tratar, eu Jonas Nestor da Silva encerro a presente Ata, que após lida será assinada pelos presentes será encaminhada cópia ao Diretor-Presidente Sr. Edivaldo Navarro Cachoeira para conhecimento do IPREVE, e a Presidente Sra. Eliane Maria Mello para conhecimento do Conselho Deliberativo.

Janete Maria Bernardo
Presidente

Jonas Nestor da Silva
Secretário

Ednéia Tomaz
Vice-presidente

Táisa Soares
Membro

Demais Presentes:

Juliane Magalhães
Presidente Interina

Marilene Gonzaga
Contadora do IPREVE

Maike Cristiane Schulze da Cunha
Membro Suplente - ouvinte